



**Capítulo 8**  
**CURADORIA DA INFORMAÇÃO EM**  
**AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO**  
**TERRITORIAL: DESAFIOS E**  
**POSSIBILIDADES PARA GESTÃO**  
**COMPARTILHADA DO CONHECIMENTO**

**Renato Marques Alves**  
**Francisco Ricardo Duarte**  
**Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira**  
**Ricardo Argenton Ramos**

**CURADORIA DA INFORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES PARA GESTÃO COMPARTILHADA DO  
CONHECIMENTO**

***Renato Marques Alves***

*Doutorando do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento  
Territorial – PPGADT/UNIVASF, Bibliotecário, Bibliotecário,  
renato.alves@univasf.edu.br*

***Francisco Ricardo Duarte***

*Docente do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento  
Territorial – PPGADT/UNIVASF, Administrador, francisco.duarte@univasf.edu.br)*

***Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira***

*Docente aposentada do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e  
Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UNIVASF, Pedagogia,  
lucia.oliveira@univasf.edu.br)*

***Ricardo Argenton Ramos***

*Docente no Programa de Pós-Graduação Ciências da Saúde e Biológicas  
(PPGCSB-UNIVASF), Ciência da Computação, ricardo.aramos@univasf.edu.br*

**RESUMO**

O conhecimento produzido no âmbito da rede que executa o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) em associação entre a UNIVASF, UFRPE e UNEB apresenta fluxos descentralizados para difusão da informação podendo gerar à dispersão das produções científicas e dificuldades para o acesso entre os membros da própria rede e o público em geral. O problema na difusão da informação e do conhecimento em si não é uma novidade, mas é uma questão relevante porque exige o aprimoramento de técnicas e ferramentas para o gerenciamento do conhecimento, sobretudo em rede interinstitucional. O gerenciamento do conhecimento além de permitir a preservação da memória

científica gera indicadores de produção que servem para o processo de avaliação, tomadas de decisão pelos administradores e a obtenção de recursos junto as agências de pesquisa. Contudo o questionamento que faz à priori é como tornar mais eficiente os fluxos informativos na rede que forma o PPGADT para gestão compartilhada do conhecimento? O objetivo do texto foi fazer uma reflexão sobre as práticas de difusão do conhecimento com a perspectiva de estruturar uma futura política de informação para a rede que executa o Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento territorial (PPGADT). Os resultados apontam o emprego de ferramentas/plataformas digitais combinadas com o uso de técnicas de gestão, preservação e a acurácia da informação como os mecanismos para difusão do conhecimento em rede. E o movimento da ciência aberta como termo guarda-chuva para potencializar a colaboração entre pesquisadores e a disseminação do conhecimento.

**Palavras-chave:** Curadoria da Informação. Agroecologia. Desenvolvimento Territorial. Gerenciamento compartilhado do conhecimento. Ciência Aberta.

#### **ABSTRACT**

The knowledge produced within the scope of the network that executes the Graduate Program in Agroecology and Territorial Development (PPGADT) in association between UNIVASF, UFRPE and UNEB presents decentralized flows for the dissemination of information, which can lead to the dispersion of scientific productions and difficulties for the access between members of the network itself and the general public. The problem of disseminating information and knowledge in itself is not new, but it is a relevant issue because it requires the improvement of techniques and tools for knowledge management, especially in an inter-institutional network. Knowledge management, in addition to allowing the preservation of scientific memory, generates production indicators that serve for the evaluation process, decision-making by administrators and obtaining resources from research agencies. However, the first question he asks is how to make information flows more efficient in the network that forms the PPGADT for shared knowledge management? The purpose of the text was to reflect on practices for disseminating knowledge with a view to structuring a future information policy for the network that runs the Graduate Program in Agroecology and Territorial Development (PPGADT). The results point out to the use of digital tools/platforms combined with the use of management techniques, preservation and accuracy of information as mechanisms for the dissemination of knowledge in the network. And the open science movement as an umbrella term to enhance collaboration between researchers and the dissemination of knowledge.

**Keywords:** Information Curation. Agroecology. Territorial Development. Shared knowledge management. Open Science.

## 1 INTRODUÇÃO

A ciência agropecuária brasileira se destaca internacionalmente pela produção de alimentos orgânicos, geração de tecnologias apropriadas às necessidades locais e aplicação de métodos sustentáveis que subsidiam tanto o desenvolvimento de sistemas agroecológicos como dos territórios rurais onde estão inseridos. Todo esse reconhecimento da área se deve a articulação em rede, formada entre os pesquisadores, produtores rurais, associações e cooperativas, extensionistas entre outros para o compartilhamento de conhecimento e socialização de tecnologias visando à superação de limitações ambientais e/ou melhorias na produção dos sistemas agrícolas.

Nesse sentido existe uma demanda na sociedade pelo consumo de informações e conhecimentos produzidos na área da agropecuária (BERTIN et al., 2017) por serem relevantes para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional. No entanto um dos problemas que impede que o conhecimento e as tecnologias cheguem aos agricultores e/ou ao consumidor final está relacionado à comunicação das informações apontam Pinto e Santos (2015).

O problema na difusão de informação e conhecimento na ciência agropecuária em si não é uma novidade, mas é uma questão relevante porque exige o aprimoramento de técnicas e ferramentas enquanto mecanismos para o gerenciamento e o compartilhamento de conhecimento. Bertin e colaboradores (2017) na prospecção que realizaram para elaboração de um plano de gestão de dados alertam “os mecanismos de organização, gestão e estruturação dos dados da empresa [Embrapa] devem ser aprimorados” visando ampliar o compartilhamento e abertura de dados. Já Santos (2017) expõe a necessidade de diretrizes para ciência aberta aplicada à integração de dados e de conhecimento em saúde para formação de uma rede de colaboração entre instituições na melhoria da vigilância sanitária.

No levantamento da literatura até o momento não foi encontrado trabalhos anteriores relacionados a política de informação direcionada ao gerenciamento integrado do conhecimento na rede que executa o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, formada a partir da associação entre 03 (três) Universidades Públicas da Região do Nordeste brasileiro<sup>1</sup>. Assim faz-se

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

necessário primeiro caracterizar os domínios de aplicação do presente estudo, a saber: 'Agroecologia', e 'Desenvolvimento territorial' antes da apresentação dos pressupostos teóricos e práticos da difusão do conhecimento.

As categorias conceituais 'Agroecologia e Desenvolvimento territorial' são importantes para promoção da sustentabilidade dos sistemas agropecuários e de alimentação, assim como, pela maximização das territorialidades por meio das políticas e serviços públicos, respectivamente. Assim agroecologia é descrita como aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e o gerenciamento de sistema alimentares saudáveis. Porque representa uma abordagem holística que pode melhor reunir as necessidades societal e biofísica para geração atual e futura. Daí a principal Organização para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) tem promovido ações para expandir a agroecologia pelo mundo porque esta reúne as condições para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (BICKSLER, et al., 2023).

Já o desenvolvimento territorial no contexto brasileiro está relacionado as ações do Estado nos territórios, em resposta a demanda por descentralização e a expansão de espaços para participação social (KATO; DELGADO; ROMANO, 2022). Este raciocínio também se encontra em Corrêa (2009, p.27) ao discorrer sobre a discussão do desenvolvimento territorial. Este autor destaca a "importância dos atores locais, construindo um projeto capaz de gerar sinergias positivas para o espaço em que atuam, de forma articulada às políticas públicas implantadas pelos Estados nacionais".

Após esta breve caracterização da agroecologia e desenvolvimento territorial passa-se a contextualizar a problematização da pesquisa. A rede que forma o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UNIVASF/UFRPE/UNEB) apresenta fluxos de informação descentralizados para organização e difusão do conhecimento. Por conseguinte, poderá levar a dispersão das produções científicas e dificuldades para o seu acesso entre os membros da própria rede estudada e ao público em geral. Em consulta, a Resolução nº003/2021 (UNIVASF,2021) que instituiu as regras de funcionamento entre as Universidades associadas só menciona a obrigatoriedade do depósito da Tese e do produto final.

A contar da data da aprovação da Tese/Produto Final pela banca examinadora, o(a) estudante terá um prazo máximo de 60 (sessenta) dias para entregar os exemplares contendo a versão final e o produto



na secretaria do PPGADT e na da Biblioteca Central da IES Associada a qual tenha vínculo; os exemplares definitivos segundo normas específicas criadas pelo Colégio Interno de cada IES Associada, levada de maneira unificada ao Colegiado de Coordenação para análise, votação e homologação por maioria simples em reunião, a contar dos membros presentes (art. 68).

Já os dados coletados em vídeos, imagens ou gerados por instrumentos de pesquisa ou simulação computacional durante a realização das pesquisas, assim como, as publicações em livros, capítulos de livros, artigos de revistas, comunicações em eventos não são indicados como serão gerenciados pelo programa PPGADT. Ressalta-se que o gerenciamento desse conjunto de informações científicas gera indicadores de produção que servem para avaliação, tomadas de decisão pelas coordenações do Curso e na captação de financiamentos junto a agências de pesquisas graças a política de informação que prevê a coleta, organização, preservação e recuperação da informação a longo prazo. Por conseguinte, também se evita a dispersão das informações e as limitações de acesso pelo público.

Contudo o questionamento que faz à priori é como tornar mais eficiente os fluxos informativos na rede que forma o PPGADT para gestão compartilhada do conhecimento? Daí a necessidade de estruturar uma política de informação para a rede que executa o Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento territorial (PPGADT) visando a gestão compartilhada do conhecimento.

O texto está organizado em seções. A primeira é esta introdução. Na seção 2 faz-se uma reflexão sobre o movimento da ciência aberta para tornar acessível a difusão do conhecimento, e do outro lado as práticas de curadoria da informação para operacionalizar a disseminação do conhecimento. Na terceira seção, os procedimentos metodológicos para coleta de informações primárias e secundária. A quarta seção apresenta os resultados parciais e a discussão sobre a difusão do conhecimento em rede e suas limitações. A última seção aponta as considerações finais e as contribuições potenciais para o desenvolvimento deste estudo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Ciência Aberta como mecanismo de difusão das práticas científicas**

A expressão ciência aberta é um termo guarda-chuva para um movimento de alcance global cuja finalidade é a remoção de barreiras que impedem a geração e

difusão do conhecimento. Aqui no estudo, a expressão Ciência é entendida no sentido amplo, ou seja, uma forma organizada de criação de conhecimento em qualquer domínio acadêmico, incluído as Humanidades e Ciências Sociais (SHMAGUN et. al., 2020). Na revisão sistemática realizadas por estes autores é possível constatar que as ideias embrionárias sobre ciência aberta remota ao final do sec. XVI e início do XVII, época em que o compartilhamento do conhecimento era restrito. Entretanto um marco significativo à época para ampliar a divulgação do conhecimento e a colaboração entre os cientistas foi a revolução científica ocorrida na Europa ocidental que resultou na criação da Academia de Ciências e dos periódicos científicos.

Contudo a consolidação do movimento do acesso aberto data do início do ano 2000 em diante, com as mudanças das publicações de revistas e livros em formato físico para o eletrônico. Então abrem-se novas perspectivas com relação a democratização do conhecimento e a colaboração científica. Pois o compartilhamento de dados, informação e conhecimento em livre acesso para sociedade, tem se demonstrado uma alternativa estratégica no enfrentamento de crises sanitárias, ambientais e econômicas de alcance mundial. E vem contribuindo para a sustentabilidade da sociedade, para criação de governos transparentes e para o fortalecimento da democracia e da própria ciência. Todos esses benefícios devem-se aos esforços da comunidade científica para construção de uma ciência aberta à sociedade. Para Martins (2020), a ciência aberta vai além da disponibilização de dados e informações, passar a incorporar novas práticas como abertura de dados de pesquisa e revisão de pares aberta.

É um movimento da comunidade acadêmica de tornar a pesquisa científica (em todo seu ciclo e ambiente) acessível para todos. É um comprometimento vindo dos pesquisadores para com o público (que inclui universidades, instituições financiadoras e outros pesquisadores) para disseminar livre e abertamente os *inputs* e *outputs* das pesquisas científicas de uma forma compreensível, acessível e aproveitável, e que permita a reprodutibilidade (MARTINS (2020)). A ciência aberta tem contribuído para resolução dos grandes desafios locais e mundiais por tornar acessível a todos os resultados de pesquisa e tecnologias. Porém os estudiosos têm alertado que o Brasil ainda não possui uma política específica para a ciência aberta.

O Brasil não possui uma política pública explícita e orientadora da Ciência Aberta, seja em nível governamental ou de agências de fomento, como pode ser percebido no cenário internacional, apesar de

grandes esforços na promoção do Governo Aberto e do Acesso Aberto. Algumas ações isoladas no campo do acesso aberto às publicações científicas, a promoção da abertura de dados governamentais e outras iniciativas de “Governo Aberto” se encontram institucionalizadas em órgãos da administração pública, universidades, fundações e institutos de pesquisas (SANTOS, 2017, p.29).

Rezende e Abadal (2020, p19) fizeram um mergulho nos marcos regulatórios do Brasil para a ciência aberta e descobriram que “na esfera governamental, que contemplou as leis, decretos e resoluções ainda não existe uma política brasileira específica para a ciência aberta”. Advogar em favor do movimento ciência aberta é ampliar a circulação da informação na sociedade, a transparência científica e a reprodutividade dos resultados das pesquisas. Portanto a disponibilidade de serviços de curadoria da informação, ferramentas (repositórios) ou plataformas web é interpretado como mecanismos que subsidiam a difusão do conhecimento em acesso aberto (MEIRELLES, 2023).

## 2.2 Curadoria da Informação

O termo curadoria digital é relativamente novo. O seu surgimento deu-se partir de um seminário sobre *e-science*, bibliotecas e arquivos digitais realizado em 2001, em Londres, para discutir as linhas de desenvolvimento no campo da curadoria informacional e da preservação digital, porque havia e ainda há uma preocupação dos especialistas em relação ao volume de informação produzida vinda com as mudanças da publicação em formato físico para coleção digital de livros, revistas e outros materiais. Se antes estavam centrados no enfrentamento da rápida obsolescência das mídias de arquivamento e dos espaços de estoque de armazenamento, hoje o foco está na sistematização do processo de coleta, arquivamento e gerenciamento para ampliar o acesso dos materiais digitais a longo prazo (BEAGRIE, 2006).

Em razão da importância da temática criou-se o Centro Digital de Curadoria ou *Digital Curation Centre* (DCC) especializado em fornecer ajuda aos praticantes por meio de ferramentas online, treinamento e guias em relação a como armazenar, gerenciar, proteger e compartilhar a informação digital (DCC, 2023). No Brasil, tem-se a Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital, mais conhecida como Rede Craniana, foi instituída pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) com a finalidade de prestar “serviços de preservação digital de documentos



eletrônicos brasileiros, com o objetivo de garantir seu acesso contínuo a longo prazo” (REDE CARINIANA, 2023).

Assim o trabalho de curadoria digital envolve “organizar, armazenar, gerenciar, preservar e dar acesso à dados e informações digitais, de forma eficiente e eficaz, com a garantia de autenticidade e integridade, apesar de ser uma necessidade, é um desafio” apontam Siebra, Silva e Vega (2020, p.2) englobando ações gerenciais, técnicas, tecnológicas e políticas. Ademais outros desafios à curadoria digital dizem respeito aos modelos existentes para o gerenciamento da informação digital como modelos de ciclos de vida do Digital Curation Centre (DCC) que apresentam dificuldades por falta de detalhamentos das ações (SIEBRA; SILVA; VEJA, 2020). Já os princípios FAIR um acrônimo para *Findable, Accessible, Interoperable and Reusable*, apresentam fragilidades nas implementações em plataformas de compartilhamento de dados (WENMING; WO, 2023). Entretanto são modelos teóricos amplamente utilizados para o planejamento de serviços de gerenciamento da informação e, por extensão, no compartilhamento de conhecimento em rede.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo assume como epistemologia a prática da interdisciplinaridade para construção de uma política de informação para a rede que executa o Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, em associação entre a UNIVASF, UFRPE e a UNEB. Para tanto, buscar-se construir uma interface entre as áreas da Ciência da Informação, Administração de empresas e a Computação. O método de pesquisa utilizado será a Análise de Rede Social (ARS) em gestão e difusão do conhecimento. Pois há um pressuposto de que o conceito de rede pode contribuir para o trabalho colaborativo na perspectiva de tornar mais eficiente os fluxos de informação para uma gestão integrada do conhecimento em rede multi-institucional.

O conceito de redes emerge no contexto da administração pública nos 1990 como uma alternativa às abordagens teóricas tradicionais (centralização de poder, hierarquia rígida etc.) que predominavam na estrutura do Estado. As principais características de uma rede é a relação horizontalizada e a interdependência dos participantes. O fenômeno de expansão das redes em administração pública remonta à década de 1990, mas antes disso a literatura internacional nessa área já contava

diversos estudo sobre a ação do Estado no estabelecimento de arranjos locais de desenvolvimento, na gestão intergovernamental, na implementação de programas federais e nos sistemas de implementação descentralizada de políticas públicas (FLUERY, OUVENEY, 2007, p.41). O conceito de rede apresenta uma gama de aplicações que vai da formação de arranjos interorganizacionais para provisão de serviços públicos à rede de conhecimento para o compartilhamento de recursos informativos. Este tópico será aprofundado no capítulo da Tese sobre Teorias de Redes.

Por ora, apresenta-se abaixo os procedimentos metodológicos para coleta de informações em portais *web* e no Portal de Periódicos da Capes:

- I. Coleta de dados primários sobre as diretrizes do Regimento 003/2021 (UNIVASF) e as normativas do Governo Brasileiro para tornar acessível dados e informações ao público, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/ 2011), Política de Dados Abertos (regulamenta pelo Decreto nº. 8.777/2016 e Decreto nº 9.903/2019), Planos de Dados Abertos da Controladoria Geral da União (CGU, 2020) dentre outras; e
- II. Revisão da literatura acerca da temática ‘Agroecologia’, ‘Desenvolvimento territorial’ para contextualizar os domínios de aplicação do serviço de informação. Ademais categorias conceituais incluídas como ‘Ciência aberta’; ‘Curadoria da informação’ foram selecionadas para compreensão das interpretações recentes sobre os mecanismos para a difusão do conhecimento.

#### **4 RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO**

A partir da análise sobre a Resolução nº003 (UNIVASF, 2021) foi possível extrair um escopo do processo de produção e organização do conhecimento oriundo da rede que executa o PPGADT:

- I. Formação de uma rede do tipo associativa;
- II. *Stakeholders* (coordenações das Universidades associadas, pesquisadores, estudantes, bibliotecas);

- III. Produções (Teses + Produto) e outras publicações científicas desenvolvidas durante o doutorado;
- IV. Fluxos informacionais próprios em cada Universidade associada à PPGADT para coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento das produções;

A colaboração científica entre as instituições de ensino e pesquisa requer diretrizes sistêmicas para difusão de conhecimento. A construção de uma política geral de informação e aporte de investimentos em infraestrutura tecnológica (software, plataforma web e suporte técnico) é uma das alternativas, destaca Santos (2017) para abertura da ciência.

No entanto um dos desafios a serem enfrentados é como viabilizar a gestão integrada da produção acadêmica para o compartilhamento do conhecimento em uma rede interinstitucional. Visto que os repositórios institucionais das universidades e instituições de pesquisa limitam-se ao gerenciamento de informações de uma determinada instituição particular. Entretanto a principal organização mundial de Bibliotecas, a Online Computer Library Center (OCLC) encoraja abraçar a ideia de integração multi-institucional entre as comunidades acadêmicas porque as similaridades são maiores do que as diferenças (BRYANT, R. et al.,2021).

A gestão compartilhada das produções dos integrantes afiliados à rede PPGADT é uma ideia defendida neste projeto para preservação da memória científica, ampliação do acesso e a difusão do conhecimento. No entanto as possíveis limitações para uma integração dos conteúdos dizem respeito aquelas dificuldades relacionadas a cooperação e a solidariedade no trabalho em rede, como:

- I. Estabelecimento de um método comum de atuação para integração de serviços;
- II. Cada nó da rede preserva sua autonomia e isonomia de funções poderá ocorrer desistência ou afastamento do ator na rede e inviabilizar os objetivos pretendidos.

Para mitigação das limitações será realizado um estudo técnico em profundidade sobre a viabilidade técnica e os recursos disponíveis, assim como, uma pesquisa empírica para o levantamento das necessidades dos integrantes da rede

que executam o PPGADT, tais como: coordenações e profissionais da área de gestão de informação das Universidades associadas sobre o gerenciamento compartilhado das coleções digitais do PPGADT.

Outros achados pertinentes que corroboram com a presente pesquisa sobre o gerenciamento do conhecimento em rede, aponta-se a Tese de Meirelles (2023) sobre gestão de documentos nas unidades de saúde pública e a preservação digital, por meio de repositórios institucionais como um dos mecanismos para difusão do conhecimento. A revisão sistemática realizada por Senaratne e outros (2021) identificaram aplicação de um protocolo geral, por se traduzir num método comum de coleta, processamento e comunicação da informação entre vários colaboradores de uma organização/empreendimento que atua em rede. Por fim, podemos afirmar que esses achados estão dialogando com as escolas de pensamento ou interpretações atribuídas ao paradigma da ciência aberta, ao relacioná-la: i) serviços, ferramentas e plataformas web científicas; ii) modo de mensurar o impacto científico; iii) democratização do acesso ao conhecimento; iv) processo de criação do conhecimento mais eficiente baseado em colaboração científica; e v) engajamento de cidadãos na ciência e a popularização científica (FECHER; FRIESIKE (2014) apud SHMAGUN et al., 2020).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base no levantamento de informações iniciais foi possível identificar no âmbito da rede de conhecimento em Agroecologia e Desenvolvimento territorial um processo de gerenciamento de conhecimento descentralizado onde cada ator da rede (Universidades associadas) possui fluxos de informação próprio para a coleta, arquivamento, tratamento e o compartilhamento da Tese e o produto final. Porém não menciona o processo de gerenciamento das outras produções científicas geradas no âmbito do PPGADT, de modo, que possam ser recuperadas para reutilização em novas pesquisas, assim como, forneçam informações gerenciais para tomada de decisões pelos administradores. Nesse sentido há uma fragilidade frente ao modelo de governança para o gerenciamento do conhecimento na rede interinstitucional com vários participantes.

Vale ressaltar os repositórios institucionais em conjunto com os princípios da curadoria da informação se apresentam como uma das alternativas para apoiar à

constituição de uma rede agregadora de conhecimento em Agroecologia e Desenvolvimento territorial, em associação entre 03 Universidades associadas.

Nesse sentido, espera-se que andamento da pesquisa contribuam para:

- I. Estruturar uma política de difusão do conhecimento na rede PPGADT;
- II. Promover a gestão compartilhada dos documentos digitais produzidos pelos integrantes da rede em estudo para reutilização em atividades de ensino-aprendizagem em instituições de ensino e pesquisa;
- III. Gerar indicadores de produção e uso para tomada de decisão pelos administradores;
- IV. Superar obstáculos burocráticos para coleta, armazenamento, processamento e compartilhamento das produções acadêmicas com o objetivo de ampliar a visibilidade das pesquisas e dos pesquisadores da rede PPGADT;
- V. Minimizar a dispersão das informações da rede PPGADT em arquivamento com acesso restrito;
- VI. Evidenciar o papel das redes de informação na integração de serviços públicos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES JUNIOR, W. F.; BORSATTO, R. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. de. Why is it so difficult to promote territorial development through public policies? The obstacles faced by a Brazilian experience. **World Development Perspectives**, 24, 100367, p.1-11, 2021. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2452292921000837>. Acesso em: 02 out. 2022.

ASADI, S. et al. Understanding Institutional Repository in Higher Learning Institutions: a systematic literature review and directions for future research. **IEEE Access**, v. 7, p. 35242- 35263, fev., 2019. Digital Object Identifier 10.1109/ACCESS.2019.2897729. Disponível em:

<https://ieeexplore.ieee.org/document/8635464>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BERTIN, P. R. B. et al. A construção do Plano de Dados Abertos de uma organização pública de pesquisa e desenvolvimento e o desafio de uma ciência agropecuária aberta. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1-7, nov. 2017. Suplemento. DOI 10.29397/reciis.v11i0.1411. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/23733>. Acesso em: 10 dez. 2021.



BEAGRIE, N. Digital curation for science, digital libraries, and individuals. **The International Journal of Digital Curation**, v. 1, Issue 1, p.3-16, aut. 2006. DOI: <https://doi.org/10.2218/ijdc.v1i1.2> Disponível em: <http://www.ijdc.net/article/view/6>. Acesso em: 5 dez. 2022.

BICKSLER, A. J. et al. The 10 Elements of Agroecology interconnected: Making them operational in FAO's work on agroecology. **Elem Sci Anth**, 11:1., p.1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1525/elementa.2022.00041>.

BRASIL. Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 11 maio 2016. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520099/do1-2016-05-12-decreto-n-8-777-de-11-de-maio-de-2016-21520002](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520099/do1-2016-05-12-decreto-n-8-777-de-11-de-maio-de-2016-21520002). Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019. Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 8 julho 2019. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9903-de-8-de-julho-de-2019-190107908>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12527-18-novembro-2011-611802-publicacaooriginal-134287-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Portaria nº 3.679, de 7 de agosto de 2019. dispõe sobre a recriação do grupo de trabalho para elaboração de proposta de política nacional para ciência aberta. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 7 ago. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.679-de-7-de-agosto-de-2019-210511903>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017. Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 13 out. 2017. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19357601/do1-2017-10-17-resolucao-n-3-de-13-de-outubro-de-2017-19357481](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19357601/do1-2017-10-17-resolucao-n-3-de-13-de-outubro-de-2017-19357481). Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área - Área 45: Interdisciplinar**. 2019. 22p. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRYANT, R. et al. **Research information management in the United States: Part 1— Findings and Recommendations**. Dublin, Ohio: OCLC Research, 2021a. <https://doi.org/10.25333/8hgy-s428>. Disponível em: <https://www.oclc.org/research/publications/2021/oclcresearch-rim-united-states.html>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BRYANT, R. et al. **Research information management in the United States: Part 2—Case Studies**. Dublin, Ohio: OCLC Research, 2021b. <https://doi.org/10.25333/qv1f-9e57>. Disponível em: <https://www.oclc.org/research/publications/2021/oclcresearch-rim-united-states-part-2-case-studies.html>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Cadeias agropecuárias e dados abertos - primeira etapa das oficinas de cocriação. 2021**. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/compromisso-5-cadeias-agropecuarias-e-dados-abertos/primeira-etapa>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Manual de Elaboração de Planos de Dados Abertos (PDAs)**. Brasília: CGU, 2020. Disponível em: [https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46702/5/manual\\_de\\_elaboracao\\_de\\_planos\\_de\\_dados\\_abertos\\_pdas.pdf](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46702/5/manual_de_elaboracao_de_planos_de_dados_abertos_pdas.pdf). Acesso em: 15 dez. 2022

CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **IPEA**, regional, urbano e ambiental, 03, p.23-37, dez. 2009. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/091220\\_boletimregional3\\_cap3.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/091220_boletimregional3_cap3.pdf). Acesso em 02 de jul. 2023.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais para iniciativas de Repositórios Institucionais de Acesso Aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luis et. al. **Implantação e gestão de Repositórios Institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação.

Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>. Acesso em: 8 fev. 2023.

DIGITAL CURATION CENTRE (DCC). **About**. Disponível em: <https://dcc.ac.uk/about/>. Acesso em 03 de mar. 2023.

FARIA, A. A.da C. **A educação que constrói a agroecologia no Brasil**: trajetórias de um vínculo histórico. 2017. Doutorado (Tese) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, João Pessoa, 2017). Orientadora profa. Dra. Emília Maria da T. Prestes.

FLEURY, S.; OUVÉNEY, A. M. **Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007. 204p

GLIESSMAN, S.R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems**. New York: CRC Press, 2015.

GREENFIELD, P. **The age of extinction**. The Guardian, London, Environment, 18 de jan. 2023. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/environment/2019/sep/16/about-the-age-of-extinction-a-guardian-series>. Acesso em: 18 de jan. 2023.

KATO, K. Y. M.; DELGADO, N. G.; ROMANO, J. O. Territorial approach and rural development challenges: governance, state and territorial markets. **Sustainability**, 14, 7105, p.1-23, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/12/7105>. Acesso em 02 nov. 2022.

MARTINS, H. C. A importância da ciência aberta (open science) na pesquisa em Administração. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, PR, v. 24, n. 1, janeiro/fevereiro, 2020. Disponível em: <http://rac.anpad.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MEIRELLES, R. F. **Os repositórios arquivísticos na difusão de conhecimentos em saúde**: subsídios para a cadeia de custódia dos organismos produtores do Sistema Único de Saúde. 195 p. 2023. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36947/1/Tese%20Rodrigo%20Meirelles.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2023.

MOURA, M. M. M. et al. Sistema para a partilha de informação turística em países de expressão Portuguesa. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., p. 23-40, 2º sem., 2008.

OLIVEIRA, F.S de et al. Dinâmica da Formação de Redes de PD&I: A experiência da Embrapa Informática Agropecuária na articulação de Parcerias Público-Privadas (PPP). *In*: Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade, 6.,; Encontro Luso-Brasileiro de Estratégia, 5., 2017, São Paulo. **Anais do VI SINGEP**. São Paulo: [s.n], 2017. p.1-16

PETERSEN, P. Introdução. *In*: PETERSEN, P.; DIAS, A. (Orgs.). **Construção do conhecimento agroecológico**: novos papéis, novas Identidades. [s.n]: Articulação Nacional de Agroecologia, 2007. p. 5-16. (Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia).

PIEROZZI JUNIOR, I. et al. Gestão da informação e do conhecimento. *In*: MASSRUHÁ, S. M. F. S. et al. (Eds.). **Tecnologias da informação e comunicação e suas relações com a agricultura**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Cap. 12. p. 235-258.

PINTO, D. M.; SANTOS, M. Serviço de informação especializado como elemento

de mediação: os elementos para transferência de informações tecnológicas no contexto da agricultura familiar brasileira. *In*: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 16., João Pessoa-PB, 2015. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3051/1101>. Acesso em: 02 dez. 2021.

- REZENDE, L. V. R.; ABADAL, E. Estado da arte dos marcos regulatórios brasileiros rumo à ciência aberta. **Encontros Bibli.** Florianópolis, v. 25, p. 01-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e71370>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- RIBEIRO, S.; FERREIRA, A. P.; NORONHA, S. Educação do campo e Agroecologia. *In*: PETERSEN, P.; DIAS, A. (Orgs.). **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas Identidades.** [s.n]: Articulação Nacional de Agroecologia, 2007. p. 257-267. (Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia).
- SABOURIN, E. P. Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina. *In*: SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MEIO RURAL BRASILEIRO NO PERÍODO RECENTE: MUDANÇAS, CONTINUIDADES E RUPTURAS, 1., Rio de Janeiro, 2018. **Anais...** Rio de Janeiro: CPDA, 2018.
- SANTOS, A. D. dos. Construção do conhecimento agroecológico: síntese de dez experiências desenvolvidas por organizações vinculadas à Articulação Nacional da Agroecologia. *In*: PETERSEN, P.; DIAS, A. (Orgs.). **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas Identidades.** [s.n]: Articulação Nacional de Agroecologia, 2007. p. 19-39. (Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia).
- SANTOS P. X. dos (Coord.). **Livro verde - ciência aberta e dados abertos: mapeamento e análise de políticas, infraestruturas e estratégias em perspectiva nacional e internacional.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. 140 p. Disponível: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24117/2/Livro-Verde-07-06-2018.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2021.
- SENARATNE, S. et al.. Current Trends and Future Directions in Knowledge Management in Construction Research Using Social Network Analysis. **Buildings**, 2021, 11,599. <https://doi.org/10.3390/buildings11120599>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/journal/buildings>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- SHMAGUN, H. et. al. The Uptake of Open Science: Mapping the Results of a Systematic Literature Review. **ITM Web of Conferences** 33, 01001, p. 1-13, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1051/itmconf/20203301001>.
- SIEBRA, S. de A.; SILVA, F. de M. O. e; VEGA, R. G. de la. O planejamento na curadoria digital. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.30, n.4, p. 1-22, out./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57263>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/57263>. Acesso em 08 de jul. 2023.
- SILVA, S. P. da. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Rev. Serv. Público**, Brasília 67, (3), p. 351-376, jul/set 2016. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/673/766>. Acesso em: 03 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. **Resolução nº 003**. 2021. Disponível em: [https://ppgadt.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/RESOLUO\\_003\\_2021\\_\\_REGIMENTO\\_INTERNO\\_DOUTORADO\\_PPGADT.pdf](https://ppgadt.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/RESOLUO_003_2021__REGIMENTO_INTERNO_DOUTORADO_PPGADT.pdf). Acesso em 29 de nov. 2021.

WENMING, X; WO, L. An Investigation on University Libraries' Service in Promoting the Implementation of FAIR Data Management Principles. **Nongye Tushu Qingbao Xuekan**, vol. 34, no. 7, 2022, pp. 65–75. DOI: 10.13998/j.cnki.issn1002-1248.21-0652.

WILKINSON, M. D. et al. The FAIR guiding principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, 3:160018, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/sdata201618>. Acesso em 18 jan. 2022.